

Eixo Temático: 05 - Movimentos de Luta pela Terra e Educação do Campo

EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS: HISTÓRIA, SABERES E DIÁLOGOS

EDUCACIÓN DEL PAÍS Y MOVIMIENTOS SOCIALES: HISTORIA, CONOCIMIENTO Y DIÁLOGO

Silvano Fidelis de Lira¹

Resumo: A educação do campo tem se consolidado como uma face educativa cada vez mais necessária para a democratização do ensino, de um lado alguns autores condenam as formas como a mesma tem se apresentado, de outro lado autores tem reforçado a sua importância e a sua relação direta com os movimentos sociais, o texto tem o objetivo de apresentar considerações sobre a educação do campo como um direito social em suas potencialidades, compreendemos a partir de Caldart (2012) que a educação do campo tem uma pedagogia própria, que deve ser sempre contextualizada com a realidade da comunidade e das crianças. A discussão se dá a partir do estudo bibliográfico de algumas obras de referência sobre o tema, buscando uma compreensão acerca da história e da constituição pedagógica dessa modalidade de ensino, ressaltando suas potencialidades e os processos de (re) invenção.

Palavras-chave: Educação do Campo. Movimentos Sociais.

Resumen: La educación rural se ha consolidado como un aspecto educativo cada vez más necesario para la democratización de la enseñanza, por un lado algunos autores condenan las formas en que se ha presentado, por otro lado autores han reforzado su importancia y su relación directa con la sociedad. movimientos, el texto pretende presentar consideraciones sobre la educación rural como un derecho social en su potencial, entendemos desde Caldart (2012) que la educación rural tiene una pedagogía propia, la cual debe estar siempre contextualizada con la realidad de la comunidad y de los niños. La discusión se desarrolla a partir del estudio bibliográfico de algunas obras de referencia sobre el tema, buscando una comprensión de la historia y constitución pedagógica de esta modalidad de enseñanza, destacando sus potencialidades y los procesos de (re)invención.

Palabras clave: Educación Rural. Movimientos Sociales.

¹ Professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba e Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Gestão da Educação do Campo. Cubati. Paraíba. Brasil. E-mail: silvanofidelis01@gmail.com.

Acho que uma das melhores coisas eu podemos experimentar na vida, homem ou mulher, é a boniteza em nossas relações, mesmo que, de vez em quando, salpicadas de descompassos que simplesmente comprovam a nossa “gentetude”.

*Paulo Freire
Pedagogia da Esperança*

1 INTRODUÇÃO

As palavras de Paulo Freire (2021) servem para iniciarmos um diálogo sobre a importância da educação do campo, uma educação que mesmo povoada de vários descompassos, históricos e sociais, de rupturas políticas e institucionais, não perde a sua boniteza, sua importância e acima de tudo a capacidade de transformar vidas, desde a criança, até os jovens e adultos, a educação do campo deve ser compreendida como uma prática educativa potencial, que tem levado aos recantos do Brasil, formação e educação, não uma educação padronizada, mas uma educação contextualizada que proporciona a manutenção de saberes e a formação de identidades.

É fato que a educação está sempre ligada a uma proposta de sociedade, ela não é uma ilha diante das propostas sociais e políticas assumidas por uma sociedade, isso explica o motivo que, no Brasil, de maneira específica, tenhamos constantemente a mudança de propostas e a formação de programas sociais voltados à educação, que se modificam constantemente.

Segundo Martins (1975), a educação brasileira esteve até muito recentemente marcada pelo tradicionalismo e por uma política capitalista muito influenciada pelo capitalismo internacional, tendo as suas propostas fundamentadas numa perspectiva neoliberal, na qual, a educação do campo, não teria tanta importância, visto que o objetivo seria a modernização e a formação humana, voltada para a construção de uma mão de obra industrial.

E esta proposta de sociedade, por sua vez, forja uma educação que ensina aos homens os valores e a cultura dos dominantes. No caso da educação no Brasil, e particularmente a educação no campo, historicamente, Estado e elite tornam-se um só na garantia da posse de terra pelos grandes latifundiários, e essa configuração perdura até os

dias atuais, em que pesem as mudanças sociais ocorridas e, em grande parte, protagonizadas pelos movimentos sociais².

A história da educação do campo guarda contradições, antagonismos e imposições de visões hegemônicas, que tem como resultado o silenciar de vozes, o cercear de ações, o tornar inviáveis projetos que refletem interesses gestados e sentidos no âmago das práticas e culturas dos trabalhadores. Todas as ações e projetos que foram destinados à Educação rural e/do campo, o foram do ponto de vista do dominador, atendendo a interesses particulares de grupos específicos, os donos do capital, demonstrando facetas de manutenção e perpetuação da exploração.

Segundo Molina (2006):

Historicamente percebemos que a criação do conceito de educação escolar no meio rural esteve vinculada à educação “no” campo, descontextualizada, elitista e oferecida para uma minoria da população brasileira. Porém, na atual conjuntura, a educação “do” campo, estreita laços com inúmeros projetos democráticos que contribuem para o fortalecimento da educação popular (p. 2)

É patente o antagonismo de interesses e de forças que se articulam em torno de propostas derivadas de visões de mundo e práticas de vida totalmente divergentes, de um lado temos uma proposta desenvolvimentista que coloca o campo num lugar de marginalidade e exclusão, do outros temos os movimentos sociais, requerendo e advogando por uma educação de qualidade e fortemente engajada com a realidade das áreas rurais do Brasil.

A educação do campo e uma história marcada pelas contradições capital/trabalho, sendo esse último sempre condicionado pelo primeiro, numa relação contraditória e conflituosa.

Para Caldart (2012):

O Capitalismo, sistema social ainda hegemônico no mundo, vem se mostrando cada vez mais desumanizador e cruel em sua lógica. Por isso, estão de volta as grandes questões sobre nosso destino enquanto seres humanos, enquanto modelo de sociedade, enquanto projeto de país, de pessoas concretas. Também estão de volta as angústias sobre o sentido de nossa prática como educadoras e educadores comprometidos com essas

² Para uma melhor compreensão do que são movimentos sociais, ver: CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 3, 1987; GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

questões de fundo. É momento de lançar novamente o olhar para o horizonte, e de abrir o nosso ser educador para compreender as experiências que se colocam na perspectiva de construir alternativas para o ser humano (p. 21).

Ao olharmos para a história oficial da Educação do Campo, nos deparamos somente com uma proposta, tendo em vista que na correlação de forças que se estabelece, o projeto dos trabalhadores historicamente não teve força para se impor, nunca teve visibilidade. Ao olharmos para alguns documentos oficiais, como por exemplo, as constituições federais e as leis de diretrizes e bases da educação, poderemos afirmar que algumas políticas para a educação do campo foram se constituindo ao longo dos anos.

A educação brasileira, historicamente elitizada, foi e ainda é marcada pelos altos índices de analfabetismo, repetência e evasão, o que confirma a grande parcela de excluídos, os que estão à margem do processo de escolarização, visto, ainda, que os atingidos em sua maioria são os sujeitos das camadas populares, não atoa, podemos perceber que mesmo na atualidade, quando a educação é um direito de todos, as escolas do campo permanecem marginalizadas, recebendo poucos investimentos do poder público, e recebendo, na maioria das vezes, um modelo educativo hegemônico, criado e implantado de forma autoritária, sem que sejam respeitadas as peculiaridades da comunidade.

Os sujeitos do campo, quando tinham acesso à escola, esta era apresentada nos mesmos moldes das localizadas nos espaços urbanos, sem considerar o contexto, a cultura e os saberes destes povos. Recentemente isso tem mudado, as comunidades rurais não mais aceitam a dominação, e forjam diante de sua realidade uma autonomia pedagógica, criando um novo momento para a educação do campo.

2 METODOLOGIA

Para a compreensão do tema, busca-se a leitura de obras e produções bibliográficas que evidenciam a educação do campo como um território de lutas e de reivindicações por um ensino de qualidade e que dialogue diretamente com os saberes locais, com a cultura, a história e a memória de pessoas comuns, que estão todos os dias dialogando com os sujeitos da educação.

A pesquisa bibliográfica nos ajuda a compreender como uma determinada temática tem sido estudada e quais são as lacunas que permanecem nesses estudos, possibilitando

dessa maneira a constituição de novas formas de constituição do conhecimento. De acordo com Antonio Carlos Gil (2002):

[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não tem maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos (p. 3).

Por se tratar de uma reflexão de cunho teórico, este texto busca na leitura de obras de referência compreender o processo histórico da educação do campo e a sua estreita relação com os movimentos sociais.

3 EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Para discutir como os movimentos sociais fundamentam uma proposta educativa inovadora, e muitas vezes, “rebelde”, Roseli Caldart (2012) apresenta a proposta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e usa esse movimento como marco de uma proposta educativa centrada nos saberes rurais, na luta pela terra e no compromisso social que o mesmo encabeça.

De acordo com a autora, em um artigo publicado em 2009, é possível compreender a proposta da educação do campo e como ela tem assumido um caráter militante, que não apenas aceita aquilo que lhe é imposto, mas que advoga por uma virada epistemológica na educação e na formação de um projeto educativo menos excludente e mais democrático. Educação do campo é luta, é movimento por uma campo que acolha as diferenças e proporcione formação humana e cidadã.

A Educação do campo inicia sua atuação desde a radicalidade pedagógica destes movimentos sociais e entra no terreno movediço das políticas públicas, da relação com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que ela combate, se coerente for com sua materialidade e vínculo de classe de origem. Sim! A Educação do campo tem se centrado na escola e luta para que a concepção de educação que oriente suas

práticas se descentre da escola, não fique refém de sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo. E uma vez mais, sim! A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital (CALDART, 2009, p. 37-38).

Para compreender a diferença da conceituação rural e campo, é preciso considerar alguns pensamentos construídos dentro do conhecimento acadêmico, que resultam de pesquisas realizadas e compartilhadas pelos atores sociais do campo. Partindo desse princípio, a expressão educação rural está relacionada em uma postura encadeada pela concepção positivista, mercadológica, competitiva, capitalista, na qual a política de educação direciona para uma formação pragmática, que instrui o indivíduo para desenvolver atividades no mundo do trabalho. Transforma a força de trabalho humana em objeto, coisa, mercadoria. É a “coisificação” e desumanização do sujeito, esse movimento corrobora para uma uniformização do ensino, no qual todas as escolas e todos os sujeitos são vistos como iguais, sem identidade específica.

A expressão educação rural foi empregada na época do governo Vargas, para delimitar o espaço urbano e definirem políticas públicas de ação para estes espaços geográficos já compreendidos na época, como diferentes, mas, no entanto, as práticas educativas implementadas para ambas as situações, se constituíam em um único paradigma, o urbano. O rural representava o espaço das políticas compensatórias e paliativas, um lugar onde projetos econômicos e políticos da cultura capitalista se instauravam demarcando o território do agronegócio, das empresas exploradoras de madeira, mineiro e outros. Nessas circunstâncias, a relação homem-natureza se caracteriza como exploratória, depredatória, concentradora de bens, o lugar do latifúndio, da escravidão, exclusão social e da expropriação de uns em detrimento de outros.

Atualmente, a concepção de educação do campo fundamenta-se na realidade das comunidades em diferentes recantos do Brasil, a luta pelo reconhecimento da cultura e da identidade, evidentemente, continua com sendo fundamental, mas muito tem se avançado nesse sentido. O MST muito ensinou que a luta coletiva muito tem a ensinar sobre uma nova pedagogia, sobre uma nova forma de educar e de criar, nos territórios rurais, preservar a cultura, a identidade e os saberes.

3.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONCEITOS E PROPOSTAS PEDAGÓGICAS

De acordo com o Dicionário da educação do campo (CALDART et. all, 2012, p. 257-265), esse conceito pode ser visto como uma proposta pedagógica que tem protagonistas específicos, os trabalhadores e trabalhadoras do campo, que historicamente forjaram uma identidade e uma prática docente diferenciada daquela que é praticada nos centros urbanos e que é protagonizada pelos sujeitos e elementos do Capitalismo.

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. Como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E, como análise, é também compreensão da realidade por vir, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação (257).

A construção do conhecimento no campo dos movimentos sociais em sua relação com a educação revela-se com maior frequência por meio de estudos descritivos; em menor, por meio de estudos teóricos e, por relatos de experiências. Essas pesquisas se dedicam a compreender a dinâmica societária, esses estudos tem mostrado que a educação do campo tem se consolidado como um campo de intensos debates e de conquistas, criando uma proposta pedagógica centrada nas experiências coletivas e individuais de sujeitos que se tornam protagonistas de uma nova história. Há uma marca unânime em todos os estudos da área, que é a pesquisa empírica como ponto de partida do processo de construção do conhecimento.

3.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação do campo é uma proposta que visa o acesso a uma educação de qualidade e que respeite as diferenças e as necessidades locais de cada comunidade, mostrando que cada qual possui uma cidadania própria e que a participação social deve estar presente em todas as dimensões da vida humana (ARROYO, 1992).

Partindo de realidades locais, a educação do campo deve trazer para o debate saberes que fazem parte do cotidiano e da vida de pessoas comuns, ressaltando a importância histórica, social e econômica da agricultura familiar para o campo brasileiro é outra variável que deve ser considerada. É preciso dar ênfase a essa forma de organização do trabalho, que mantém na família o controle sobre as decisões que se referem à cultura e à atividade a ser explorada. O trabalho, exercido pelo grupo familiar, destina-se prioritariamente ao sustento da própria família, mas não exclui a produção de excedentes para comercialização e criação de renda.

Com o movimento da educação do campo e busca de legitimidade e de espaço dentro da educação brasileira, a educação do campo tende a ser vista, cada vez mais, como um direito fundamental e uma responsabilidade social que os governantes de todos os entes governamentais devem assumir junto a sua população, pois a escola básica, pública e gratuita continua sendo o espaço privilegiado para a aquisição de competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania. Assim, o direito de cidadania dos povos rurais, suas identidades e suas características sociais e culturais não pode estar desvinculado das questões educativas, como acesso aos bens culturais adequados à construção da dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do campo, embora tenha conquistado importantes espaços dentro do cenário educativo brasileiro, ainda precisa buscar se afirmar como uma proposta pedagógica capaz de responder as inquietações de uma sociedade ainda marcada pelo poder das elites e do Capitalismo. Na medida em que oferece e a condição de termos uma educação fundada nas questões sociais locais, históricas e culturais, temos um movimento de renovação da pedagogia, das ações escolares e das propostas educativas.

As reflexões em torno da Educação do Campo, das suas fundamentações e bases de compreensão da relação entre o sistema de produção da vida e da matriz formadora do trabalho no campo, enquanto princípios formativos que denunciam os processos

desumanizadores do trabalho de homens e mulheres, protagonizados pelo agronegócio no campo, não podem coadunar com outra vertente de projeto de nação que não seja aquele em que a educação do campo se torna base fundamental para a construção de outra relação dos sujeitos coletivos do campo com a natureza, e, principalmente, enquanto partes dela.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Gonzalez. Escola Cidadania e Participação no Campo. Em Aberto. Brasília: n° 9, Set., 1992. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1784/1523>. Acesso em 13 de outubro de 2024.

CALDART, Roseli Salete; STÉDILE, João Pedro. **Educação em movimento**: formação de educadoras e educadores do MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 de outubro de 2024.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

CARDOSO, Ruth Correia Leite Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 3, 1987. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=19017>. Acesso em 10 de outubro de 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano; SANTOS, Clarice Aparecida dos Santos (Orgs.). **Educação do Campo**: campo, políticas públicas, educação. Brasília: Inbra; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 29 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1975.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.